

## **EIXO TEMÁTICO**

Problemática dos Espaços Agrários

### **A Expansão do Cultivo de Cana-de-açúcar e Suas Implicações Demográficas na Região de Araçatuba**

Danton Leonel de Camargo Bini<sup>1</sup>

#### **Introdução**

#### **A Área de Estudo no Contexto da Divisão Territorial do Estado de São Paulo: a região de Araçatuba**

Do início da ocupação capitalista na primeira década do século XX até os anos de 1950, o que classificamos hoje como Região Administrativa de Araçatuba não existia como delimitação oficial rígida e precisa. As regiões ou sub-divisões do espaço geográfico do estado de São Paulo apenas indicavam as grandes áreas de ocupação conquistadas pela elite paulista através da instalação das ferrovias. As regiões eram denominadas segundo a formatação das companhias ferroviárias que no espaço geográfico se anexaram. No caso do que é hoje a Região Administrativa de Araçatuba, tínhamos a Noroeste, onde os municípios de Penápolis, Birigui e Araçatuba apareciam como os mais importantes. Bragantina, Mogiana, Araraquarense, Alta Araraquarense, Paulista, Alta Paulista, Sorocabana, Alta Sorocabana eram as outras regiões também nomeadas pelas companhias ferroviárias.

A partir da década de 1950, o governo do estado de São Paulo, seguindo as indicações teóricas hegemônicas de planejamento estatal, como a teoria dos pólos de desenvolvimento, começa a pensar em dividir o seu território em regiões administrativas para fins de planejamento e gestão de suas políticas públicas (Hespanhol, 1996). O primeiro estudo de origem institucional, denominado “Problemas de Desenvolvimento – Necessidades e Possibilidades do Estado de São Paulo”, foi realizado em 1954 pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais SAGMACS, em conjunto com a Comissão Interestadual da Bacia Paraguai e Uruguai – CIBPU. Este trabalho recomendou a regionalização do estado, definindo fragmentos territoriais como “Unidades de Organização e Aproveitamento”. Colocava-se a necessidade de constituição de unidades territoriais intermediárias entre os municípios e o estado – a região – para assegurar um melhor aproveitamento, valorização e desenvolvimento mais rápido do território estadual.

Dois outros trabalhos podem ser destacados no período: “II Plano de Ação de Governo (1959 – 1963)” e o “Plano de Desenvolvimento Integrado” (PLADI - 1964-1966). Ambos objetivavam intensificar o desenvolvimento, promovendo o aumento da produtividade e da produção através de aplicações maciças na infra-estrutura da economia como energias, ferrovias, aeroportos, pontes, armazéns, centros de abastecimento, etc.

---

<sup>1</sup> Geógrafo, Pesquisador Científico, Instituto de Economia Agrícola (SAA), (danton@iea.sp.gov.br).

Na década de 60 tivemos também a criação da Secretaria de Economia e Planejamento, que em um convênio com a Universidade de São Paulo (FAUUSP) realizaram um projeto para implementar a regionalização de todos os setores da política pública – educação, saúde, agricultura, etc. Em 1967, pelo Decreto nº. 48.162 – alterado pelo Decreto nº. 52.576 de 1970, instituiu-se oficialmente a primeira divisão regional do estado. A nova organização regional, cujas regiões ficaram conhecidas por Regiões Administrativas (RA), foi delimitada segundo critérios de polarização, considerando-se o tempo de acessibilidade dos diversos municípios ao pólo regional e à população total polarizada por parte de cada região e sub-região. Esta regionalização dividiu o Estado em 11 regiões e 48 sub-regiões, consideradas unidades territoriais polarizadas<sup>2</sup>.

Na sede de cada Região Administrativa foi criado o Escritório Regional de Planejamento – ERPLAN. A intenção era tornar cada Escritório um centro de planejamento, articulando e orientando os dirigentes regionais quanto às ações do Estado e, transformando-o assim, em núcleos de estudos e pesquisas. Para a Grande São Paulo foi criado o GEGRAN (Grupo Executivo da Grande São Paulo).

De 1970 a 1983, as únicas mudanças ocorridas, influenciadas pelo Programa Nacional para as Cidades de Porte Médio (braço do II PND -1975 a 1979) foram as criações de novas Regiões Administrativas, a partir da fragmentação das já existentes. Em agosto de 1984, foi implantado o novo modelo regional através do Decreto nº 22.592, reorganizando o estado em 42 regiões de governo dentro das 11 Regiões Administrativas. Por exemplo, a R. A. de Araçatuba foi dividida em duas Regiões de Governo (R.G.): R.G. de Andradina e R.G. de Araçatuba. As R.G.s nada mais eram do que sub-regiões responsáveis por algumas funções administrativas setoriais em diferenciação dentro das R. A.s. A aproximação da gestão estadual nas execuções locais de suas políticas públicas foi o principal argumento usado para essa nova normatização.

Entre 1987 e 1994, os Escritórios Regionais de Governo (ERG) se fundiram aos ERPLANs nas cidades pólos das Regiões Administrativas. Transformaram-se primeiramente em Escritórios Regionais de Planejamento (ERP), passando à subordinação da Secretaria de Economia e Planejamento de 1987 a 1991. Depois, entre 1991 e 1994, foram denominados Escritórios Regionais de Integração (ERI), vinculados à Secretaria de Governo no período de 1991 a 1992 e, à Secretaria de Planejamento e Gestão, nos anos de 1992 em diante.

Atualmente, após mudanças pontuais em alguns fragmentos do espaço geográfico paulista, a divisão político-administrativa do Estado compõe-se de 14 Regiões Administrativas – A Região de Araçatuba é uma delas - e 42 Regiões de Governo – com a RA de Araçatuba possuindo as RGs de Andradina e Araçatuba -, além das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas e da Baixada Santista. Além dessas, em análise do relatório do Anuário Estatístico de 2003 da Fundação SEADE (Fundação

---

<sup>2</sup> <http://www.seade.gov.br/produtos/anuario/2003/index.php?tip=ment&opt=notas&cap=1&tema=car;>  
Acesso Disponível em 04/09/2008.

Sistema Estadual de Análise de Dados)<sup>3</sup>, podemos ver outras tantas divisões regionais por setor de política pública (Secretarias), cada uma com um engessamento dado pelas forças político-partidárias existentes.

**Mapa 1: Estado de São Paulo e Região Administrativa de Araçatuba em Destaque**



Fonte: Fundação Seade, Readaptado (2008).

---

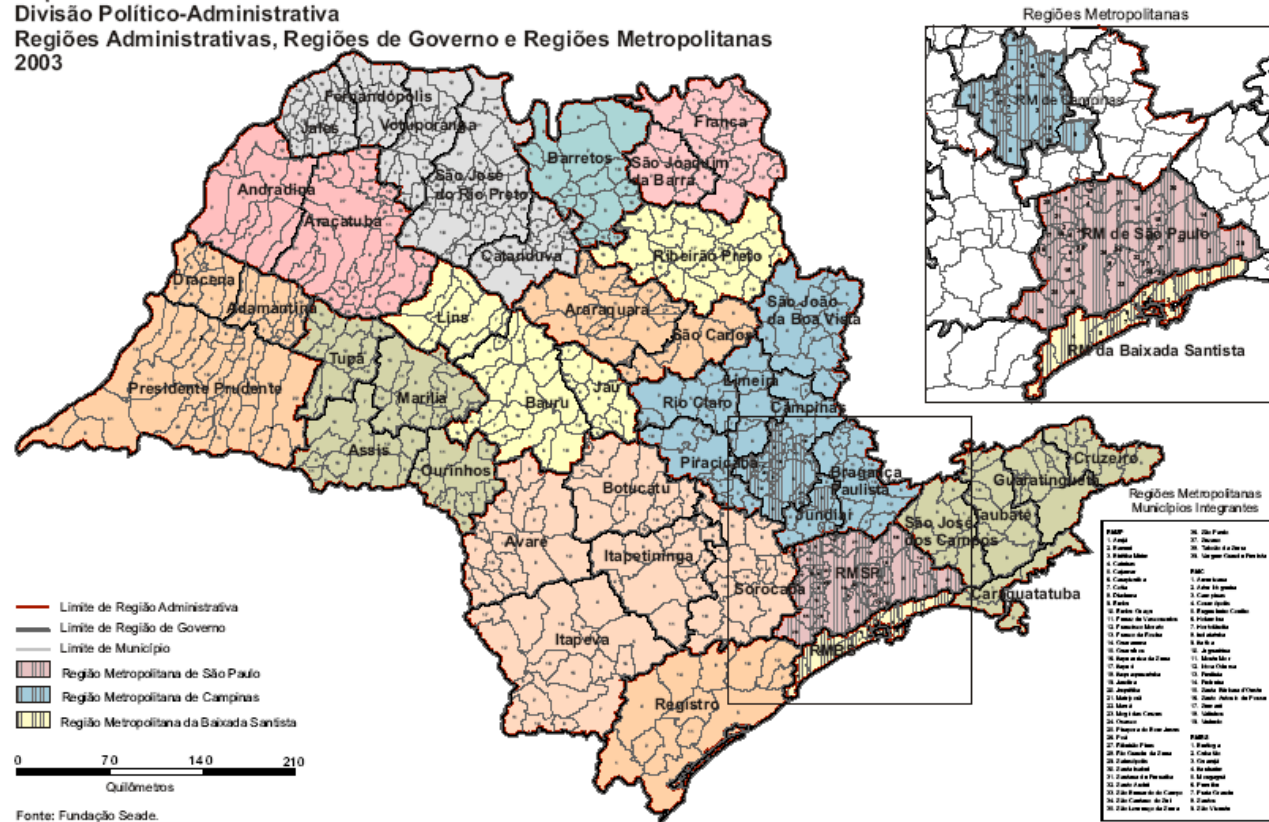
<sup>3</sup> [http://www.seade.gov.br/produtos/anoario/2003/1\\_intro.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/anoario/2003/1_intro.pdf)

## Mapa 2: Regiões Administrativas e de Governo do Estado de São Paulo

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: DIVISÃO, POSIÇÃO E EXTENSÃO

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003

**Mapa 1**  
**Divisão Político-Administrativa**  
**Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Regiões Metropolitanas**  
**2003**



Fonte: Fundação Seade, 2003.

É a partir da racionalização contraditória dessa formatação oficial rígida, tendo o município de Araçatuba como pólo regional, que partiremos nossa análise. Sendo os dados estatísticos colhidos a partir dessa formatação, escolhemo-la como ponto de partida. Contudo, entendendo que a região não pode ser trabalhada como um subespaço estável e fechado em si, buscaremos captar os eventos regionais (re)produtores do espaço geográfico enquanto materialização em conexão com outras escalas, num processo de totalização parcial do mundo em movimento (Silveira, 1997).

### **A Lavoura Canavieira na Região de Araçatuba na Década de 1980**

Antes da introdução da cultura da cana-de-açúcar como uma das principais ocupadoras do espaço geográfico da região de Araçatuba na década de 1980, foram as culturas do café (1900-1930), algodão (1930-1950) e a pecuária bovina de corte (1950-1980) as atividades agropecuárias que hegemonizaram quase sozinhas, em seus períodos, a ocupação das áreas agrícolas regionais.

Data-se, já sob vigência do II PND (1975-1979), com os surgimentos do Programa Nacional do Álcool (Proálcool - 1975), e seus congêneres estadual (Pró-Oeste - 1980) e regional (Plano Regional de Produção do Álcool - 1979), o momento em que as políticas públicas caracterizadoras do processo de modernização do campo brasileiro vão ao encontro dos anseios de parte dos pecuaristas proprietários da maior extensão das terras da região.

A primeira fase do Proálcool (1975-1979), motivada principalmente pelo primeiro choque do petróleo em 1973, incentivou o aumento da produção do etanol - álcool anidro derivado do melaço do açúcar - para utilizá-lo como combustível misturado à gasolina. Destilarias anexas às usinas de açúcar<sup>4</sup> e destilarias autônomas foram implementadas principalmente em áreas tradicionais da cultura no estado de São Paulo: Ribeirão Preto, Campinas e Bauru, que já fazia algumas décadas direcionavam seus canaviais para a produção de açúcar, a partir de 1975 mantiveram a hegemonia no setor durante esse processo de expansão territorial da cultura ligado à produção de etanol. Partindo da premissa de que no estado de São Paulo a fronteira agrícola já estava quase em seu limite, a expansão da atividade canavieira se deu a expensas de outras culturas. Camargo (1983) nos mostra que no intervalo 1969-1980 a cultura da cana-de-açúcar incorporou 684.479 ha de outras atividades. Pastagens, arroz, amendoim, algodão e mandioca foram respectivamente os produtos que mais cederam áreas para a expansão da cana. Assim, em 1983, com o aprofundamento desse processo de expansão, a área da cultura canavieira representava 28% do total da área plantada paulista (Yoshii & Matsunaga, 1984).

Com o aumento da demanda de etanol e a escassez de áreas nas regiões tradicionais, vislumbra-se o oeste paulista como alvo da investida necessária à expansão dos canaviais: nas regiões de Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto se inicia o planejamento para anexação de novos objetos-técnicos constituintes do circuito espacial de produção canavieiro. Enquanto parte desse espaço geográfico requisitado

---

<sup>4</sup> Um outro motivo colocado para a instalação das destilarias anexas foi a necessidade de se aproveitar a ociosidade do parque industrial sucroalcooleiro, pois o mercado externo do açúcar passava por queda em sua rentabilidade devido a redução nos preços do produto.

pelo aumento da demanda do produto no mercado de combustíveis, na 1ª fase do Proálcool, quatro projetos enviados pelos fazendeiros da região de Araçatuba foram aprovados, o que resultou na construção das destilarias Aralco, Alcomira, Univalem e Campestre (anexa), nos respectivos municípios de Araçatuba, Mirandópolis, Valparaíso e Penápolis (ESPÍRITO SANTO, 2005, p. 127)<sup>5</sup>.

As obras tiveram financiamento de 100 % via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com juros reais negativos advindos dos subsídios governamentais. Começa a se constituir no oeste paulista – exercendo Araçatuba a centralidade regional desse processo – a territorialidade daquilo que Rego (1990) denominou de binômio cana-boi: como tanto o complexo agroindustrial canavieiro, quanto a cadeia produtiva da pecuária bovina ficou sob o comando econômico dos mesmos atores hegemônicos, a denominação cana-boi, como manifestação dessa ligação veio a calhar para a interpretação desse fenômeno.

À montante da agroindústria, além do crédito de custeio para a compra dos modernos insumos e máquinas, a elite regional conquistou, via governo federal, a instalação de uma Estação Experimental do Planalsucar<sup>6</sup> em Valparaíso (Bertero, 1990): assim, as pesquisas pedológicas e de variedades de cana propícias às terras da região foram todas pagas pelos cofres públicos. Era a anexação pela cultura canavieira de mais uma infra-estrutura do período técnico-científico, cimentador de um novo momento na produção do espaço geográfico do oeste paulista.

A segunda fase do Proálcool se iniciou em 1979. Devido a outro choque no mercado do petróleo, a partir desse momento o governo federal decide investir, junto com as indústrias automobilísticas, na construção de uma frota de veículos movida a álcool hidratado. Para efetivar esse planejamento, novas áreas foram requisitadas e o oeste paulista se torna uma das principais regiões a receber os investimentos para a expansão do setor<sup>7</sup>.

À nível estadual, criou-se

*“... o Pró-Oeste, elaborado pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento em 1979, inicialmente com a denominação de Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo. Além do Plano do Governo do Estado, ao nível municipal os ‘Usineiros’ tiveram o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado de Araçatuba”* (ESPÍRITO SANTO, 2005, p. 128).

Entre os dias 14 e 21 de maio de 1979, no 23º Congresso Estadual de Municípios, realizado em Praia Grande (SP), foi apresentado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado (CMDI) de Araçatuba um ‘Estudo Preliminar para a Instalação de Unidades Produtoras de Álcool Carburante na IX Região Administrativa

---

<sup>5</sup> A usina Campestre foi a primeira a processar cana-de-açúcar na região para a produção do açúcar cristal. Fundada em 1946, no ano de 1977, através dos benefícios do Proálcool anexou à unidade já existente a primeira destilaria produtora de etanol combustível na região de Araçatuba.

<sup>6</sup> Já em 1971, no governo militar, foi criado o PLANALSUCAR (Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar). O objetivo principal do PLANALSUCAR era o de melhorar a qualidade da cana, dados os baixos índices de rendimento agrícola e industrial obtidos com a matéria prima nacional, quando confrontados com os outros países produtores. As atividades desenvolvidas pelo órgão se direcionavam no sentido de criar tecnologias modernas para o setor. Com laboratórios localizados em várias regiões canavieiras do país, durante sua existência até 1990, o Planalsucar desenvolveu muitíssimas variedades de cana melhoradas, sendo muitas delas, até hoje, matrizes das pesquisas desenvolvidas.

<sup>7</sup> O programa era dirigido fundamentalmente para as áreas de pastagens nas regiões de Araçatuba, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Bauru e Marília.

do Estado de São Paulo. Segundo Rego (1990), este documento era acompanhado de cópias do decreto que instituía o Proálcool, do ato do Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA) que dispunha sobre o roteiro à implantação de destilarias de álcool e de dados com estimativas de 1975/76 do custo operacional por hectare. Nesse estudo se mostrava que a região de Araçatuba, devido às características ecológicas, à disponibilidade de áreas e o nível avançado de mecanização, apresentava condições favoráveis para a implantação de destilarias. Nele se argumentava que toda a produção demandada seria conquistada se utilizando apenas 20% das áreas de pastagens de propriedades acima de 500 ha e 10% das áreas de pastagens de propriedades cujas áreas variassem de 100 a 500 ha. Relatava-se que essas áreas estariam disponíveis tendo em vista que nem toda área registrada como pastagem era convenientemente ou racionalmente conduzida, apresentando visivelmente aspectos de áreas abandonadas. Apresentava-se no documento informações que continham o cálculo do lucro líquido da produção de cana por hectare comparado com o lucro que se obtinha com o gado no mesmo espaço. Tudo isso, para convencer mais pecuaristas a aderirem ao Proálcool.

Especificando as políticas públicas favorecedoras da instalação do complexo agroindustrial canavieiro no espaço geográfico regional estudado, em 1980, como já citamos, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Agrícola do Oeste de São Paulo, o Pró-Oeste. Amparado por um ‘Programa de Expansão da Canavicultura para Produção de Combustível do Estado de São Paulo’ (Pró-Cana), o Pró-Oeste nada mais foi que um braço estadual do plano federal (Proálcool).

Dentre os principais objetivos do plano, elaborado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, apresentados por Rego (1990), temos:

*“ ... inversão do fluxo migratório, face à criação de empregos diretos e indiretos necessários à consolidação do programa; - interiorização do desenvolvimento pelo fortalecimento das economias regionais; - preservar e ampliar a oferta de alimentos, bem como manter a expressiva participação do setor agropecuário paulista na pauta de exportação ” (REGO, 1990, p. 71).*

Na busca de convencer os pecuaristas, donos da maioria das terras, a aderirem à cultura canavieira, os técnicos paulistas apresentaram as possibilidades de intensificação do manejo do gado de corte, concentrando-os em pequenos espaços e utilizando o bagaço da cana temperado como ração. Assim, o discurso do Pró-Oeste é dirigido aos pecuaristas, *“que além das vantagens com a produção de cana, teriam apoio para o desenvolvimento da própria pecuária”* (Rego, 1990, p. 73).

O Pró-Cana, orientando o fluxo dos recursos financeiros oriundos do Proálcool, potencializa o Pró-Oeste, mostrando aos pecuaristas a possibilidade de utilização de parte da área de pastagens para a produção de cana, produzindo empregos e alimentos com a rotação de culturas durante a renovação dos canaviais<sup>8</sup>.

Sobre a posição dos pecuaristas, Espírito Santo (2005), diz que,

*“... ao optarem pelas benesses do Proálcool (crédito, programas de apoio, compra garantida pelo governo), eles, como era de se esperar, não queriam correr risco algum ao trocar de atividade produtiva para o que contaram*

---

<sup>8</sup> O plano expressa também a preocupação com a redução da produção de alimentos em áreas tradicionais de cana-de-açúcar como Ribeirão Preto e Campinas. Todo um cuidado foi apresentado para que nas novas áreas do oeste paulista a ocupação da cana acontecesse de forma mais ordenada, preservando a produção e o abastecimento de alimentos na região.

*com o imprescindível apoio do Estado” (ESPÍRITO SANTO, 2005, p. 128).*

A elite regional se convence do bom negócio<sup>9</sup> e em 1981, com a aprovação de novos projetos, instalam-se na região novas usinas: Benalcool (Bento de Abreu), Unialcool (Guararapes), Generalcool (General Salgado), Destivale, Alcoolazul e Cruzalcool (Araçatuba)<sup>10</sup>. Reflexo disso, em dois anos, de 1980 a 1982, a área regional plantada com cana passa dos 15 mil ha para 48 mil ha (Rego, 1990). Em 1983, expande-se para 83.290 ha, chegando na safra 1985/1986 a 111.370 ha (Veiga Filho & Matsunaga & Yoshii, 1987). Representando a 6ª maior região em extensão no plantio de cana-de-açúcar - entre as 10 do estado no momento -, a região de Araçatuba passa a exercer sua função dentro da divisão setorial do trabalho no circuito espacial canavieiro. Na associação com a materialidade hegemônica pretérita constituída pelos sistemas de objetos e ações do circuito pecuário, concretiza-se o que ficou conhecido como sistema ou consórcio cana-boi.

No estado, no biênio 1981/82, a área total com cana-de-açúcar chegou a 1.343.400 hectares, aumento de 4,1% relacionado ao biênio precedente e 77% ao de dez anos antes (1971/72). Igualmente expressiva foi a evolução do rendimento agrícola (produtividade), que turbinado pelos projetos de melhoramento genético do Planalsucar, registrou o crescimento de 29% na década de 1970 (Bertero, 1990).

São novos objetos e ações que passam a ditar a lógica territorial da região. Mesmo cobrindo um percentual irrisório do circuito pecuário, continuam as experiências de confinamento e manejo de pastagens (Vasconcelos, 1982)<sup>11</sup>. Outros direcionam suas boiadas para as novas áreas de fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Norte do país. Valorizam-se as terras no campo e nas cidades da hinterlândia do município de Araçatuba, onde ao findar da década de 1980 se centraliza politicamente o setor na região noroeste do estado de São Paulo: cidade-sede da União das Destilarias do Oeste Paulista (UDOP), o município, através dessa entidade patronal, representava o setor em 1989 com 21 usinas de açúcar e álcool associadas. Sendo 11 dessas usinas localizadas além dos limites rígidos da Região Administrativa de Araçatuba<sup>12</sup>, nela algumas captavam parte da matéria-prima que necessitavam e todas eram assessoradas técnica e politicamente pelos profissionais da UDOP. Sendo viável para os custos de produção de uma usina de açúcar e álcool negociar a compra de cana em terras com distância da unidade produtiva ao redor dos 20 quilômetros (Veiga Filho, 1998), usinas localizadas dentro da RA de Araçatuba compravam parte da cana-de-açúcar requisitada para sua produção fora da circunscrição engessada da RA<sup>13</sup>. Dessa forma, dentro da

---

<sup>9</sup> Segundo Rego (1990), trocando o certo pelo absolutamente certo.

<sup>10</sup> No Brasil, no ano de 1981, foram aprovados 175 projetos para a construção de novas destilarias anexas e autônomas enquadrados no Proálcool. O estado de São Paulo foi o mais contemplado, com a aprovação de 151 desses projetos (IAA, 1981).

<sup>11</sup> O Professor de Economia em Araçatuba, Ricardo de Assis Perina, em entrevista realizada no dia 01 de outubro de 2007, relatou-nos duas experiências de confinamento de bovinos realizadas no início dos anos 1980. A primeira, tentada pela tradicional família pecuarista Tozi, devido aos riscos de custos e de escalas, não vingou. Já a empreendida pela Usina Univalem, no uso do bagaço da cana como alimento, segundo Perina, acontece até os dias atuais.

<sup>12</sup> A Goálcool funciona até os dias atuais no município de Serranópolis, em Goiás.

<sup>13</sup> Essa realidade mostra a dificuldade do estudo das regiões. Mesmo tendo escolhido uma delimitação territorial normatizada pelas políticas públicas do estado, compreendemos e defendemos nesse estudo que



escala rígida regional, o conteúdo da ocupação da cana-de-açúcar se estabilizou nesse final de década em aproximadamente 100.000 hectares (Espírito Santo, 2005).

Reflexo principalmente da expansão das áreas destinadas à lavoura canavieira - que requer alta quantidade de mão-de-obra principalmente no período da colheita - na região de Araçatuba, dos 37 municípios existentes, 25 deles, através do recebimento de migrantes principalmente do Nordeste e de Minas Gerais, tiveram aumento em sua população total e 36 tiveram aumento de sua população urbana, o que registra crescimento no índice de urbanização regional.

Para Rego (1990),

*“... as pequenas cidades estudadas conheceram um rápido crescimento populacional a partir da simples notícia da implantação das destilarias de álcool. Loteamentos novos, conjuntos habitacionais, cortiços e favelas abrigam os migrantes que se dirigem para as cidades da Região. É uma paisagem nova que abriga velhos problemas sociais brasileiros, alguns dos quais, até então não presentes nesse espaço ...”* (REGO, 1990, p. 113).

Araçatuba e Birigui são os municípios que mais crescem entre os anos de 1980 e 1991. Sob o impacto do dinamismo agroindustrial sucroalcooleiro, com 40.000 novos moradores registrados, o município-sede da região intensifica sua função de prestador de serviços regionais, ampliando sua cobertura nos setores públicos (saúde, educação, habitação, etc), bancários, do comércio em geral, de logística (armazenagem, transporte, comercialização, hotelaria), entre outros. Novos loteamentos urbanos são criados na periferia para assistir a demanda por moradias populares (Vasconcelos, 1992) e edifícios verticais com vários pavimentos são construídos em grande quantidade para atender principalmente a mão-de-obra qualificada do setor sucroalcooleiro (Pinheiro & Bodstein, 1997).

Tabela 1: Distribuição das Aglomerações Humanas na Região de Araçatuba Segundo Classes de População (1991)

| Classes de População | 1991 |
|----------------------|------|
| Até 5 mil            | 16   |
| De 5 a 10 mil        | 7    |
| De 10 a 20 mil       | 5    |
| De 20 a 50 mil       | 4    |
| De 50 a 100 mil      | 2    |
| De 100 a 200 mil     | 1    |
| De 200 a 500 mil     | -    |
| Mais de 500 mil      | -    |

Fonte: FUNDAÇÃO IBGE, Censo demográfico do Estado de São Paulo de 1991.

---

mesmo possuindo seus conteúdos característicos de suas especificidades, as regiões são parte de uma totalidade maior, ou seja, são uma totalidade parcial do mundo em movimento. Sendo assim, na contigüidade e em rede, as variáveis nelas presentes extrapolam suas delimitações, mantendo relações em escalas hoje cada vez mais globalizadas.

Contudo, esse aumento populacional da região de Araçatuba foi quase 3 vezes menor do que o aumento populacional ocorrido em todo o estado de São Paulo:

Tabela 2

Região de Araçatuba  
População e Taxas Anuais de Crescimento Populacional por Sub-Região  
1980-1991

| SUB-REGIÕES | 1980    | 1991    | Taxa Anual de Crescimento 1980-1991 (%) |
|-------------|---------|---------|---|
| Araçatuba   | 379.025 | 413.193 | 0,90                                    |
| Andradina   | 151.101 | 164.417 | 0,88                                    |
| Total       | 530.126 | 577.610 | 0,89                                    |
| % do Estado | 2,12    | 1,82    | 2,61                                    |

Fonte: FUNDAÇÃO IBGE, Censos demográficos do Estado de São Paulo de 1980 a 1991.

A involução metropolitana financiada pelo poder público via principalmente o II PND – com o objetivo de superar a crise substituindo importações - privilegiou uma interiorização do desenvolvimento mais próxima da Grande São Paulo. Foram as regiões de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Piracicaba e Ribeirão Preto as que anexaram aos seus espaços geográficos regionais, com maior diversidade, os sistemas de objetos e ações propiciadores de crescimentos econômicos e demográficos maiores do que os do Oeste Paulista e da própria Região Metropolitana. A indústria química, mecânica, aeronáutica, a “indústria para a agricultura”, uma rede de estradas duplicadas, entre outros, são elementos que deram para o “interior próximo” à Grande São Paulo uma constituição de extensão da metrópole.

Limitado numa estrutura produtiva pouco diversificada, o oeste paulista concentrou nesse processo basicamente os “... segmentos predominantemente produtores de bens de consumo não-duráveis, em especial os da indústria alimentícia” (NEGRI, 1992, p.74). Embora possuidora de uma rede viária bem articulada – com a região de Araçatuba sendo cortada por duas grandes rodovias pavimentadas (SP 310 – Washington Luiz e SP 300 - Marechal Rondon) e “... algumas outras menores como a SP 425 (que liga o oeste paulista ao estado de Goiás ao Norte e ao Estado do Paraná ao Sul) e a SP 461 (que liga a cidade de Birigui ao Rio Grande, no município de Cardoso) (VASCONCELOS, 1992, p. 38) – o oeste apresentava, no final dos anos 1980, um sistema viário bem menos denso do que o “interior próximo” à Grande São Paulo.

A região de Araçatuba, mesmo com a expansão da cultura canavieira - que condicionou um incremento de riqueza na economia regional -, manteve sua estrutura hegemônica de planejamento do espaço geográfico nas mãos dos pecuaristas, como bem relatado por Rego (1990) no denominado sistema cana-boi. Diferente da região de Ribeirão Preto, que se constituiu como a principal região do Proálcool no estado e no Brasil, Araçatuba – e o oeste – absorveu de maneira marginal e conservadora os

benefícios do programa (somente 5,4% da produção estadual na safra 1885/86). Enquanto as “indústrias para a agricultura” (de produtos físico-químicos, mecânicos, e biológicos) continuaram concentradas principalmente nas regiões de Ribeirão Preto e Campinas, instalaram-se nas novas áreas (Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente), além das usinas, destilarias e dos canaviais, somente os serviços comerciais, de manutenção e de extensão rural direcionados à cultura.

Assim, entendemos que a situação que mais pesou na limitação do desenvolvimento regional foi a continuidade da hegemonia do uso das terras regionais pela pecuária super-extensiva durante a década de 1980. As anexações inovadoras dadas pelas experiências de confinamento e do sistema integrado do manejo bovino foram pontuais no espaço geográfico regional. O conservadorismo gerado pelos riscos dos retornos das inovações e pelos custos de oportunidades em se investir em outras culturas predominou na classe pecuarista. Legitimados pela posse concentrada da terra, esses atores hegemônicos adentram a década de 1990 continuando a exercer o domínio sobre as possibilidades de encaminhamento daquilo que se anexará no espaço geográfico para a geração da riqueza e do desenvolvimento na região.

### **A Expansão da Lavoura Canavieira na Região de Araçatuba nos Anos 2000**

No ano de 1989, o preço do barril do petróleo atinge preços baixíssimos e a cotação do açúcar sobe no mercado internacional: é a crise de abastecimento do álcool. Os consumidores passam a preferir os carros a gasolina, pois estes começam a apresentar preços relativos melhores: os usineiros direcionam seus investimentos para a produção do açúcar (Veiga Filho, 1998).

Com essa queda da demanda do etanol, em meados da década de 1990, destilarias autônomas interromperam ou diminuíram muito suas produções e com a desregulamentação do setor (com o fim dos subsídios) uma reestruturação produtiva é iniciada. Aumentaram-se as escalas de produção das unidades agroindustriais, tendendo a permanência somente dos grupos mais capitalizados (Thomaz Jr., 1996).

O mesmo acontece com a cadeia produtiva da carne bovina. Novos frigoríficos (equipados com as inovações do momento) são levantados nas regiões mais próximas das novas invernadas (Centro-Oeste e Norte), reduzindo a importância relativa do estado de São Paulo no setor (De Zen, 1997). Nesse processo de reestruturação ocorreram a compra dos dois grandes frigoríficos da região – Mouran (Andradina) e TMaia (Araçatuba)<sup>14</sup> - pelo grupo Sadia em 1989 (Dalla Costa, 1993) e o fechamento do último – o de Araçatuba - no início dos anos 1990 (Pinheiro & Bodstein, 1997).

Nesse desencadear de transformações, entre 1990 e 2000, a pecuária bovina de corte, mesmo diminuindo sua extensão de 1.271.090 ha para 1.198.254 ha, manteve-se como atividade hegemônica, ocupando em torno de 80% das terras da região com um aumento do número do rebanho em quase 300.000 cabeças, a partir de um manejo prioritariamente extensivo, onde a busca de melhoramentos genéticos dos plantéis (com obtenção de precocidade do rebanho), manejo de pastagens melhoradas continuaram sendo apontamentos de intensificação de uma minoria de pecuaristas<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Desde o início dos anos 1980, o frigorífico de Araçatuba (Tmaia) pertencia à família do grupo Mouran.

<sup>15</sup> Cabe destacar que desde 1989, fruto do lobby desencadeado pela elite pecuarista regional frente ao poder público estadual, Araçatuba adquiriu as instalações de uma unidade do curso de medicina veterinária da Unesp. Através da formação de profissionais especializados no manejo da pecuária, a atividade passa a obter uma maior oferta de mão-de-obra qualificada e acesso mais facilitado às inovações tecnológicas e organizacionais do setor.

Tabela 3  
Região de Araçatuba  
Área de Ocupação das Pastagens, Número do Rebanho Bovino e Relação Bovinos/Ha (1990 – 2000)

| Ano  | Área de Pastagens (Ha) | Número do Rebanho Bovino | Relação Bovino/Ha |
|------|------------------------|--------------------------|-------------------|
| 1990 | 1.271.090              | 1.595.157                | 1,25              |
| 2000 | 1.198.254              | 1.851.916                | 1,54              |

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Banco de Dados (<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>); Acesso Disponível em 14/08/2008.

Sendo a cultura canvieira demandante de grande quantidade de mão-de-obra, principalmente no período da colheita, aumenta-se a população dos municípios que com localizações próximas das usinas foram receptores de canaviais. Estando estes presentes principalmente na sub-região de Araçatuba, como presenciamos na tabela abaixo, é essa sub-região que apresenta um maior aumento demográfico nessa última década do século XX.

Tabela 4  
Região de Araçatuba  
População e Taxas Anuais de Crescimento Populacional por Sub-Região 1991-2000

| SUB-REGIÕES | 1991    | 2000    | Taxa Anual de Crescimento 1991-2000 (%) |
|-------------|---------|---------|---|
| Araçatuba   | 413.193 | 464.339 | 1,10                                    |
| Andradina   | 164.417 | 171.200 | 0,39                                    |
| Total       | 577.610 | 635.539 | 1,00                                    |
| % do Estado | 1,82    | 1,71    | 1,46                                    |

Fonte: FUNDAÇÃO IBGE, Censos demográficos do Estado de São Paulo de 1991 e 2000.

Crescendo somente 0,39% ao ano, a sub-região de Andradina, lócus de uma maior proporção de pastagens e do único grande frigorífico presente na Região Administrativa de Araçatuba, é a porção do espaço geográfico regional que mais contribuiu para que a região como um todo declinasse em sua proporção frente à população total do estado de São Paulo. Mantendo grandes áreas de pecuária extensiva, a criação de emprego e renda continuou aquém daquilo possibilitado com a cana-de-açúcar e outras culturas que em seus circuitos produtivos requisitam uma densidade maior de mão-de-obra.

No início dos anos 2000, com a subida do preço da gasolina gerada com os conflitos bélicos intensificados no Oriente Médio e o surgimento do carro flex fuel se retoma a competitividade do álcool combustível como alternativa energética para os transportes automotivos no Brasil e no mundo. Sendo assim, projetos de usinas e anexação de canaviais para a produção de álcool combustível começam a se tornar atrativos como na década de 1980 à elite econômica regional. Adicionado ao declínio do preço da arroba vigorante nessa primeira metade da década, inicia-se um processo mais intenso de deslocamento da boiada para pastagens do Centro-Oeste e Norte do país. Dessa forma, a Região Administrativa de Araçatuba, como uma das ofertantes de parte da cana processada pelas usinas do oeste paulista, segundo as informações obtidas no Banco de Dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) aumentou sua área de produção de 204.554 hectares em 2001 para 397.160 hectares em 2006. Para processar esse montante de cana, no oeste paulista, nessa década, até 2007, foram construídas 29 usinas de açúcar e álcool.

Nesse intervalo (2001-2007), de acentuado aumento do número de áreas transferidas para a cultura canavieira, o corte foi feito prioritariamente de forma manual. Sendo assim, não existindo na região de Araçatuba mão-de-obra disponível para a colheita dos canaviais, migrantes de várias regiões do país – principalmente dos estados do Nordeste – se disponibilizaram, frente ao aliciamento dos “agenciadores de mão-de-obra”<sup>16</sup>, para a realização do corte manual da cana-de-açúcar.

Todo esse processo contribuiu para um aumento populacional mais vigoroso na região entre 2000 e 2007, sendo a sub-região de Araçatuba a mais afetada como podemos visualizar na tabela abaixo:

Tabela 5  
Região de Araçatuba  
População e Taxas Anuais de Crescimento Populacional por Sub-Região  
2000-2007

| SUB-REGIÕES | 2000    | 2007    | Taxa Anual de Crescimento 2000-2007 (%) |
|-------------|---------|---------|---|
| Araçatuba   | 464.339 | 525.807 | 1,89                                    |
| Andradina   | 171.200 | 182.420 | 0,93                                    |
| Total       | 635.539 | 708.227 | 1,41                                    |
| % do Estado | 1,71    | 1,77    | 1,10                                    |

Fonte: FUNDAÇÃO IBGE, Censo demográfico do Estado de São Paulo de 2000 e Contagem da População de 2007.

Crescendo 1,41 % ao ano – taxa maior que a do estado de São Paulo como um todo (que cresceu 1,10 % ao ano) -, a população da Região Administrativa de Araçatuba aumenta sua representação na população paulista no decorrer desses setes anos analisados: passa de um percentual de 1,71 % para 1,77 % da população total do

<sup>16</sup> Nome moderno dos tradicionais “gatos”.

estado de São Paulo. É uma reversão do ciclo de esvaziamento populacional que observamos de 1950 a 2000 ocasionado pela majoritária ocupação tradicional da área agrícola regional pela atividade pecuária, que requisita de poucos braços em seu manejo.

### **Literatura Citada:**

BERTERO, J. F. “Estado, agricultura e agroindústria: estudo da base paulista da economia canavieira do Brasil entre 1948-1990”. Tese de Doutorado. FFLCH. USP. São Paulo, 1991.

DALLA COSTA, Armando João. “O grupo Sadia e a produção integrada”. O lugar do agricultor no complexo agroindustrial. Dissertação de Mestrado. Curitiba :UFPR, 1993.

DE ZEN, S. “Integração entre os Mercados de Boi Gordo e de Carne Bovina nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil”. Dissertação de Mestrado. ESALQ. Piracicaba, 1997.

ESPÍRITO SANTO, C. R. “Dinâmica do Desenvolvimento Rural na Região de Araçatuba (SP)”. Tese de Doutorado. FCT. UNESP. Presidente Prudente, 2005.

PINHEIRO & BODSTEIN. “História de Araçatuba”. Academia Araçatubense de Letras. Araçatuba, 1997.

HESPANHOL, A. N. “Dinâmica Agroindustrial, Intervenção Estatal e a Questão do Desenvolvimento da Região de Andradina – SP”. Tese de Doutorado. UNESP, Rio Claro, 1996.

NEGRI, B. “Desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990)”. Anais do XXI Encontro Nacional de Economia, Campos do Jordão, 1992.

REGO, M. T. R. “Proálcool na região de Araçatuba: o doce fel do binômio cana-boi”. Tese de Doutorado. FFLCH, USP, São Paulo, 1990.

SILVEIRA, M. L. “Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino”. In: O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização. Org: Maria Adélia de Souza, Milton Santos, Francisco Capuano Scarlato e Mônica Arroyo, Editora Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1997.

THOMAZ JR. “Por trás dos canaviais: os (nós) da cana. (Uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)”. Tese de Doutorado. FFLCH. USP. São Paulo, 1996.

VASCONCELOS, C. L. M. “Pecuária Bovina na Região de Araçatuba: Intensificação da Produção de Substituição por Outras Atividades Agropecuárias”. Trabalho de Graduação. UNESP. Jaboticabal, 1982.

VASCONCELOS, L. A. T. “Desenvolvimento econômico e urbanização nas Regiões Administrativas de São José do Rio Preto e de Araçatuba”. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

VEIGA FILHO, A. - “Fatores explicativos da mecanização do corte na lavoura canavieira paulista”, in Informações Econômicas. volume 28, nº 11, Instituto de Economia Agrícola, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo, São Paulo novembro/1998.

VEIGA FILHO, A. A. & MATSUNAGA, M. & YOSHII, R. J. “Proposta de Redirecionamento do Proálcool: Uma Pauta para Discussão”. Informações Econômicas, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, São Paulo, Dezembro/1987.

YOSHII, R. J. & MATSUNAGA, M. “Comentários sobre o Programa Nacional do Alcool e a Produção de Alimentos”. Informações Econômicas. Instituto de Economia Agrícola. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. São Paulo, Agosto/1984.